

# A construção de um evento feminista e politicamente posicionado: potencialidades e tensões do I Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre Aborto

**JÚLIA COSTA DE OLIVEIRA** - Mestranda em Psicologia Social pela UFMG. Participante do Grupo de Estudos sobre Psicologia e a questão do Aborto na América Latina - UFMG.

**MARIANA MOREIRA SILVA** - Graduada em Psicologia pela UFMG. Participante do Grupo de Estudos sobre Psicologia e a questão do Aborto na América Latina - UFMG.

**PATRÍCIA FÉLIX SANTOS CASTRO** - Graduada em Enfermagem pela UFMG. Participante do Grupo de Estudos sobre Psicologia e a questão do Aborto na América Latina – UFMG.

## **GEPSILA – Grupo de Estudos sobre Psicologia e a questão do Aborto na América Latina**

Este capítulo abordará o processo de construção do I Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre Aborto, politicamente posicionado pela descriminalização e legalização do aborto no Brasil. Apresentaremos, também, uma discussão acerca das potencialidades e tensões concernentes à realização de um evento acadêmico feminista.

A proposta de realização do evento surge no âmbito do Grupo de Estudos sobre Psicologia e a questão do Aborto na América Latina (GEPSILA), criado no início de 2017, a partir de uma parceria entre o Conselho Regional de Psicologia do Estado de Minas Gerais (CRP-MG) e o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O CRP-MG, através da Comissão de Mulheres e Questões de Gênero, já vinha produzindo ações temáticas sobre mulheres e os atravessamentos dos seus processos de subjetivação, considerando diversos marcadores psicossociais e promovendo, assim, a visibilidade das lutas por direitos e enfrentamentos da cultura machista (CRP-MG, 2018). O Núcleo Conexões de Saberes, desde a sua fundação, vem buscando compreender os processos de desigualdade social brasileira, bem como seus enfrentamentos, a partir de uma perspectiva psicossocial e psicopolítica, articulando questões de gênero, raça, sexualidade, território e geração. É nesse contexto que o GEPSILA aparece, com o intuito de levar para dentro da universidade, em diálogo com profissionais formadas, a discussão sobre a criminalização do aborto e as decorrentes implicações para as diversas experiências de mulheres na América Latina. Considerando as conjunturas de acirramento político e as iniciativas acadêmicas-políticas de resistência, o grupo agiu na tentativa de mapear as lacunas e desafios relacionados às lutas que passam a temática do abortamento.

Os encontros do GEPSILA eram quinzenais e aconteciam na UFMG e no CRP. A quantidade de membros variou ao longo do tempo, mantendo-se uma média de oito participantes. Ainda nos primeiros encontros, enquanto pensávamos sobre possíveis ações do grupo, emergiu, pela primeira vez, a ideia de um evento que conseguisse reunir pesquisadoras, ativistas pela descriminalização do aborto e profissionais de saúde que lidam com essa questão em um mesmo espaço. O objetivo era proporcionar uma troca de saberes, compartilhamento de pensamentos, angústias e forças, que potencializasse



mobilizações futuras e contribuísse para a organização da luta constante pela garantia dos nossos direitos, sempre em uma posição de risco, principalmente em contextos politicamente conflituosos.

Assim que a proposta fora feita, nós, nove mulheres integrantes do grupo (Anne Borges, Júlia Oliveira, Letícia Gonçalves, Mariana Moreira, Miriam Marinho, Patrícia Félix, Paula Gonzaga, Shayenne Estavam e Thaís de Caux), aceitamos o desafio de construir o I Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre Aborto (I ENPAA), para o fim daquele mesmo ano, em uma data já preestabelecida: 28 de setembro, dia Latino-Americano e Caribenho de Luta Pela Descriminalização do Aborto.

## **Da ideia para a organização do evento**

Com um grupo pequeno de organizadoras, nos dividimos em comissões de trabalho. Havia a comissão de divulgação, responsável pela criação do material e articulação nas redes sociais; a comissão financeira, que realizou orçamentos e buscou financiamento; a comissão científica, proposta para análise dos resumos submetidos; e uma comissão operacional, que pensou a forma de inscrição, hospedagem solidária e outras ações necessárias para o desenrolar do evento. Tal divisão colaborou para que conseguíssemos manejar as inúmeras variáveis para a construção do I ENPAA; porém, o grupo atuou em conjunto a todo momento, transitando entre as comissões sempre que necessário. Além disso, o compartilhamento das dificuldades e desafios, que eram constantemente encontrados no caminho, foi essencial para a realização do encontro, assim como as decisões discutidas e deliberadas por todas.

O local do evento foi um dos primeiros pontos a serem decididos. Pensamos, inicialmente, na UFMG por possuir diversos auditórios e pela importância simbólica e política de se realizar um evento com essa temática dentro de uma universidade pública. Como afirmam Mayorga, Costa e Cardoso (2010), a universidade exprime muitos dos conflitos, opiniões e contradições da sociedade da qual participa e à qual constitui, e é de extrema urgência que se faça um debate sobre a democratização dessa instituição, perpassando, necessariamente, por sistemas de poder que inferiorizam grupos sociais e produzem situações de subalternidade, como raça, classe, diversidade sexual e gênero. Assim, reservamos um auditório no prédio Centro de Atividades Didáticas (CAD) 2, o auditório nobre da

Faculdade de Medicina e salas para a realização das apresentações de trabalho na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Ressaltamos que havíamos conseguido o auditório do prédio da Reitoria da universidade, porém, devido às tensões políticas que envolvem a temática do aborto e os comentários agressivos que recebemos em nosso evento de divulgação no Facebook, optamos por ocupar, majoritariamente, espaços que abordam temas mais controversos, como ambientes vinculados às ciências humanas, por motivos de segurança.

Outro aspecto debatido foi a forma de inscrição para a participação do evento. Era de nosso interesse conhecer as pessoas que atingimos com a divulgação e que poderiam compor o evento. Por isso, o questionário de inscrições era composto por perguntas como gênero, nome social, identificação étnico-racial, instituição, ocupação, participação em movimentos sociais, cidade, necessidades especiais, tipo de alimentação, além da necessidade de hospedagem solidária (para o oferecimento de vagas nas casas das organizadoras e pessoas de sua rede).

Quanto à escolha das convidadas a comporem as mesas, mais uma vez, encaramos como uma decisão política. Fizemos o esforço para que em todas as mesas tivesse, ao menos, uma representante dos movimentos sociais. Além disso, convidamos mulheres representantes do nordeste, região com maior taxa de realização de aborto (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016) e integrantes do Grupo de Trabalho em Relações de Gênero e Psicologia, do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, que visa construir ações para combater as formas de opressão e violência contra as mulheres e a diversidade de expressões de identidade e sexualidade (DENECA; ANDRADE; SANTOS, 2016). Buscamos, enfim, mulheres com experiências múltiplas, mulheres negras, de diferentes gerações e regiões do Brasil, e que estavam fazendo pesquisa sobre a questão do aborto naquele momento.

Para a divulgação, construímos materiais sobre as convidadas, criamos páginas em redes sociais, além de divulgarmos cartazes pela UFMG e, também, em outros eventos acadêmicos feministas. Por fim, a escolha por integrar apresentações de trabalho no evento, tanto para comunicação oral ou para relato de experiências, tinha como objetivo a obtenção de um panorama sobre a questão do aborto no Brasil, inclusive para construir, coletivamente, propostas interdisciplinares de ações que pudessem contribuir para um contexto de garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.



Acerca das questões de tesouraria, passamos por vários impasses. O primeiro se deu com a escolha de cobrar ou não pela participação, ponto que nos foi indagado, diversas vezes, nas redes sociais. Após fazermos orçamentos dos gastos do evento e não obter retorno positivo na busca por financiamento em algumas instâncias procuradas, como editais de apoio a eventos da UFMG, vimos a necessidade de cobrar pelas inscrições. Tivemos a preocupação de atribuir um valor acessível, para atingirmos a maior quantidade de pessoas interessadas possíveis. Além do valor das inscrições, conseguimos alguns apoios: o CRP-MG, o CRP-BA e a Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras colaboraram com algumas passagens e hospedagens de convidadas; a Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Estado de Minas Gerais e o Núcleo Conexão de Saberes, com a impressão do material de divulgação.

## **I Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre Aborto: coragem, resistência e luta**

Os dois dias de evento foram extremamente agitados, exigindo que nós repensássemos constantemente a organização. Tivemos que agir como um grupo pra fazer acontecer, afinal, por mais que houvesse planejamento, imprevistos e tensões surgiram. Assim, trabalhamos em conjunto para proporcionar um espaço potente e seguro de trocas, e que seguisse a programação prevista. Esta contava com quatro mesas redondas e quatro grupos de trabalho, coordenados, majoritariamente, pela equipe organizadora. A fim de obtermos o registro das falas, apresentações de trabalhos, debates e conflitos que apareceram, nos propusemos a escrever uma relatoria de cada atividade realizada no encontro.

O evento teve sua mesa de abertura composta por representantes do CRP-MG, do Núcleo Conexões de Saberes e do GEPSILA. Logo após, iniciamos a primeira mesa de debate, com a temática “Contribuições da Psicologia no debate sobre aborto: articulações entre práxis, academia e política”. No período da tarde, houveram dois grupos simultâneos de trabalho, que discutiram tanto as interfaces da saúde na atenção ao abortamento, quanto os desafios políticos e jurídicos acerca da descriminalização do aborto. À noite, o debate teve a temática “Desafios na interlocução entre política, religião e academia no debate

sobre aborto”. No segundo dia, a primeira mesa discutiu sobre “Diálogos interdisciplinares sobre aborto nas Ciências da Saúde: pressupostos éticos, políticos e acadêmicos”. À tarde, os dois grupos de trabalhos tiveram os temas de “Enfrentamentos e resistências diante da clandestinidade”, e “Desafios políticos e jurídicos acerca da descriminalização do aborto”.

Durante as mesas e grupos de trabalho, observamos a participação das pessoas presentes, visando entender como as participantes se posicionavam politicamente, seus argumentos, suas visões sobre o cenário político brasileiro e a criminalização do aborto e, por fim, como poderíamos lutar juntas. A mesa final foi pensada para ser um espaço onde pudéssemos, todas nós, explorar essas e outras questões. Constituída exclusivamente por integrantes do GEPSILA, a última atividade da programação tinha como objetivo apresentar as relatorias feitas ao longo do evento, fazer uma avaliação do I ENPAA e pensar propostas de continuidade de ações futuras.

Inicialmente, abrimos espaços para que as relatoras pudessem repassar os principais pontos que estiveram presentes nas apresentações dos grupos de trabalho. Como, em cada dia, dois grupos aconteciam de forma simultânea, este foi um espaço para que pudéssemos compartilhar o que fora discutido em ambos. Após as relatorias, demos início à plenária final. Fizemos as inscrições para as falas e todas que quisessem poderiam compartilhar suas avaliações, ideias e afetos. Este foi um momento no qual a organização, e muitas participantes, disseram da satisfação de ter participado das trocas diversas nos dois dias de encontro. Houveram falas de agradecimento pelo espaço – caracterizado pela presença de sensibilidade e amorosidade –, que se diferenciou da hegemonia acadêmica majoritariamente masculina, cis e heteronormativa, onde não costuma haver lugar para trazer os incômodos como, por exemplo, diante da linguagem transfóbica. Concordamos com tal avaliação ainda que, em alguns momentos do evento, tenhamos percebido a presença da hierarquia acadêmica, de lugares de saber/poder, demarcada em alguns debates. Falou-se, também, da importância do evento para sair da zona do conforto e para pensar articulações necessárias para lutar pelos direitos reprodutivos e sexuais. Juntas, consoamos em dizer que as palavras que marcaram o I ENPAA foram coragem, resistência e luta, o que solidificou o nosso sentimento de estarmos fazendo uma movimentação importante e potente.



Da mesma forma, as críticas e sugestões se mostraram igualmente significativas, principalmente para a construção de eventos posteriores. Em um momento, por exemplo, fomos questionadas sobre essa tal coragem que tivemos em realizar esse evento, pois apesar de ser um assunto polêmico, ainda debatíamos dentro de um ambiente seguro, que era a universidade. Essa fala, de uma participante branca e estrangeira, foi discutida entre as próprias participantes e trouxe a discussão acerca das relações de poder entre corpos diversos e lugares de fala. A composição do nosso grupo, por si só, já demonstrava a coragem que tivemos para organizar esse encontro. O GEPSILA, composto por mulheres negras, brancas, hétero, lésbicas e bissexuais, mineiras e nordestinas, do ensino público e privado, que despenderam horas para a construção desse evento, só poderia dizer que tudo foi um ato de resistência. Primeiro, porque nossos corpos já não são aceitos nos debates e quase nunca somos representadas. Segundo, porque o espaço universitário que estimula pesquisas e debates é o mesmo que foi invadido pela Polícia Militar em uma ação truculenta contra os membros da universidade que se manifestavam contra a PEC 55/241, conduta, esta, repudiada pela reitoria da UFMG, como elucida a nota de repúdio divulgada em 18 de novembro de 2016 (RAMIREZ, 2016). Terceiro, porque mesmo que diante de tantos retrocessos, nos colocamos a pensar e buscar enfrentamentos para que esse evento acontecesse e pudéssemos, a partir dos laços construídos e fortalecidos, pensar em novas formas de continuar a luta.

Essa discussão trouxe para a plenária o questionamento sobre quais são os corpos corajosos e quais estiveram presentes no encontro. Afinal, mesmo com todas as preocupações para que o I ENPAA conseguisse abranger uma população diversa, estar no ambiente acadêmico acarretou em uma restrição do público. Iniciamos nosso evento com 150 inscrições prévias, que nos deram um perfil do público inscrito, majoritariamente do gênero feminino (93%), autodeclaradas brancas (60%), provenientes de Minas Gerais (56%) e graduandas (49%). Dessa forma, percebemos a baixa participação das mulheres negras, indígenas, pessoas trans e não binárias na discussão. Acerca dessas últimas, destacamos que fomos questionadas pelo uso da palavra “mulher” durante o evento, sendo sugerido a utilização de “corpos engravidáveis”, a fim de não excluir outras identidades de gênero. No entanto, discutimos sobre a necessidade de utilizar outro termo, visto a passividade que este traz. Nesse contexto, avaliando a trajetória pela conquista dos direitos sexuais e reprodutivos, compreendemos a importância da

representatividade das mulheres negras e indígenas, e ainda das pessoas trans e não binárias nesse debate, sem esquecer das mulheres lésbicas, considerando a realidade do estupro corretivo. Compreender quem sofre com o processo da ilegalidade diz de onde vem a coragem e porque o nosso evento a possuía. Reafirmamos, nesse contexto, que raça/etnia, sexualidade, classe, gênero, território, entre outros, são categorias determinantes do tipo de acesso e vivência que as mulheres irão ter em seus processos de abortamento, visto que, como afirma Gonzaga (2015), “a luta pelos direitos reprodutivos é ampla e precisa ser unificada, principalmente se considerarmos que as mulheres não-brancas são as principais afetadas pela falta de acesso a informações, a planejamento reprodutivo, a contracepção e ao aborto seguro” (GONZAGA, 2015, p. 52). Mais ainda, ressaltamos que marcadores sociais também exercem função importante enquanto categorias analíticas, visto que são articuladoras de inter/intra solidariedades e estratégicas para a ação política.

Ademais, discutimos a importância de trazer profissionais da saúde para o debate, com o intuito de sensibilizá-las(os) e integrá-las(os) em nossa luta. Como proposta para esse debate, foi sugerido que façamos o próximo encontro em locais de fácil acesso, que tenham importância para o debate, além de trazermos as mulheres líderes da periferia, que possuem um movimento articulado, e as mulheres com seus saberes tradicionais, indígenas e quilombolas, a fim de valorizar seus conhecimentos e contribuir na discussão.

Outro tema principal abordado na Plenária foi o questionamento acerca da realização de um ato de protesto junto ao evento. Apesar de termos escolhido o dia 28 de setembro devido ao seu significado, diversas participantes alegaram a importância de uma manifestação pública para que nossa luta chegasse ao conhecimento de muitas(os), como um ato de resistência. Muitas outras participantes compartilhavam dessa ideia; no entanto, algumas ressaltaram a dificuldade de articulação para isso, além do enfraquecimento dos atos regionais, visto que estaríamos concentradas em um único espaço. Diante disso, precisaremos pensar em outras possibilidades, para nos posicionarmos nas vias públicas sem enfraquecer os movimentos locais. Por fim, foi proposto que o GEPSILA fosse cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para que as pesquisas pudessem ser compartilhadas e recebessem contribuições de outros núcleos de estudos.





A partir de tais discussões da Plenária, ainda na mesa final, começamos a elaboração de um documento que pautasse o posicionamento de todas nós, organizadoras e participantes do I ENPAA, a fim de divulgá-lo e usá-lo como ferramenta de protesto e articulação. Nele evidenciamos, mais uma vez, o posicionamento pela descriminalização, legalização e regulamentação das políticas públicas para efetivação de um serviço de abortamento seguro, gratuito, universal e de qualidade para mulheres cis, sejam heterossexuais, bissexuais ou lésbicas, homens trans e pessoas não binárias. Nos colocamos em defesa do Sistema Único de Saúde e salientamos a necessidade de discussão sobre processos de abortamento e suas especificidades nos cursos da saúde, assim como a sensibilização de profissionais para que estas(es) tenham acesso às discussões sobre relações étnico-raciais, diversidade sexual e de classe. Ainda no documento, questionamos o saber biomédico como organizador dos serviços de saúde e destacamos a necessidade de ampliação da horizontalidade das equipes multiprofissionais. Destacamos, também, o caráter violento e segregador a partir do qual se organizam os espaços onde as pessoas em situação de abortamento são atendidas, defendendo que repensar os espaços físicos para recepcioná-las implica em potencializar o cuidado. Reforçamos que a escolha pelo abortamento não implica, necessariamente, em riscos para a saúde física e psicológica, mas que a negligência do Estado e o contexto de clandestinidade produz e potencializa situações em que essas práticas ocorrem de forma insegura.

Por fim, destacamos o apoio e a importância da mobilização da rede de advogadas populares que têm articulado a construção do Amicus Curi, de maneira que diferentes organizações possam se posicionar a favor da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 (ADPF 442), que prevê a legalização do aborto até a 12<sup>a</sup> semana de gestação. Entendemos que, para apoiá-las nesse enfrentamento, é necessário esforço conjunto de fomento de discussões, rodas de conversa e divulgação em torno da temática. Concluímos o documento afirmando ser necessário analisar a agenda política pública no intuito de não apenas barrar os retrocessos propostos contra os direitos das mulheres e outros grupos negligenciados pelo Estado, mas também de organizar possibilidades de avanços mesmo em tempos em que o fundamentalismo se arvora sobre os direitos básicos.

## O fazer de um evento acadêmico, feminista e politicamente posicionado

Em todos os debates e durante a construção do evento, nos direcionamos pelo pensamento comum de que discutir a legalização do aborto implica em discutir nosso sistema racista, machista, patriarcal e heteronormativo, sendo todos estes intensificados pelo cenário político brasileiro atual. Nesse sentido, no presente tópico, partindo de algumas reflexões provenientes das propostas feministas, intentaremos relacionar o que foi vivido no evento com tais indagações acerca das dinâmicas estruturais mencionadas acima.

Indispensável se faz o exercício de articular e colocar em diálogo aquilo que foi experienciado durante o Encontro com o que foi teorizado pelas pensadoras feministas em seus distintos tempos, territórios e espaços. Para dar início a esse propósito, apresentaremos um breve histórico do movimento feminista no Brasil, com o intuito de localizar o I ENPAA como parte de um *continuum* de enfrentamentos, e não como um evento descolado de toda uma trajetória precedente, que se relaciona diretamente com sua possibilidade de realização.

Enquanto movimento político e social assim nomeado, o movimento feminista brasileiro possui décadas de história. Em intrínseca articulação com as dinâmicas políticas nacionais, latinas e internacionais, suas frentes de reivindicação e luta se deram de forma heterogênea (COSTA, 2005), perpassando desde o campo jurídico, no que se referiu à luta pelo direito ao voto, aos atuais processos de “democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re) formulação de políticas” (MATOS, 2010, p. 83). Entretanto, é importante demarcar que desde o momento em que os primeiros colonizadores chegaram ao Brasil e nos períodos que sucederam essa chegada, houveram diversos movimentos de resistência, principalmente por parte de mulheres indígenas e, posteriormente, com o tráfico de pessoas africanas escravizadas, por parte das mulheres negras, além de muitas outras. Como aponta Ana Alice Costa (2005), antes mesmo da conquista do voto, mulheres trabalhadoras da indústria têxtil de meados do século XIX, por exemplo, já se organizavam para denunciar as inúmeras violências às quais eram submetidas em seus locais de trabalho. Importante retomar e destacar esse fato para não cairmos no equívoco de reproduzirmos o que Chimamanda Adichie (2009) denomina de “história única”, na qual essas mulheres continuam a ser apagadas. Sendo assim, o histórico trazi-



do aqui se refere ao movimento organizado de mulheres, intitulado feminista, que surge como tal enquanto resposta aos postulados sociais, econômicos e políticos dos Tempos Modernos – do início do século XX.

Ocorre que, nas duas primeiras décadas do século XX, o movimento feminista, na América Latina como um todo, se ateve com maior expressividade no reclamo pela igualdade jurídica expressa pelo direito ao voto (COSTA, 2005). Após essa conquista constitucional, que no Brasil e nos demais países da América Latina ocorreu entre 1930 e 1950, os movimentos feministas adentram em uma fase de desarticulação, fenômeno que acompanhou a tendência internacional (COSTA, 2005). Entretanto, isso não significou que o movimento feminista desapareceu da sociedade, mas se reorganizou em torno de outros atores sociais e demandas, embora estas nem sempre tenham tido um caráter predominantemente emancipatório, principalmente no que se refere a posicionamentos críticos em relação à divisão sexual e aos papéis de gênero. Como aponta Costa (2005), tal momento do movimento feminista pode ser caracterizado como de cunho conservador, uma vez que utilizavam representações das virtudes domésticas e maternas para justificar suas demandas, reforçando papéis e estereótipos de gênero.

Percebe-se, assim, que concepções elitistas e racistas atravessaram fortemente as demandas do movimento feminista da época, como reitera Gonzaga (2015), “durante muito tempo, o aborto e os direitos contraceptivos foram reivindicados por feministas brancas, o que fez com que pouco se problematizasse a situação das mulheres negras diante desse aspecto da sua vida reprodutiva” (GONZAGA, 2015, p. 52). Assim sendo, a vivência da maternidade e do casamento não estava colocada da mesma forma para todas, pois a possibilidade de mulheres negras e indígenas constituírem seus núcleos familiares e terem autonomia sobre seus direitos reprodutivos foi intensamente tolhida ao longo da história, tanto pela via da colonização – com o genocídio dessas populações – quanto por práticas científicas eugenistas.

Em 1964, o Golpe de Estado instaura a Ditadura Militar no país, que perdura por mais de vinte anos, em que tanto os movimentos feministas, quanto os demais movimentos sociais, são perseguidos e silenciados. Durante esse período, o movimento feminista, mais do que nunca, reafirma o seu caráter de movimento de resistência e oposição a lógicas militaristas, antidemocráticas e autoritárias. Em seguida, por volta dos anos 70 e 80, além de pautar questões referentes à sexualidade, direitos reprodutivos e violência contra a mulher, os

coletivos feministas passam a se articular a diversos outros grupos. Adotou-se uma agenda cujas reivindicações diziam respeito a uma autonomia mais radical em relação ao Estado e centrou-se sobre temas mais específicos de gênero.

A partir do período pós-ditadura, o movimento feminista passa a ser visado pelas dinâmicas institucionais e partidárias, dado o seu crescimento expressivo e a sua importância em meio às lutas sociais populares empreendidas em todo o país. Como afirma Costa (2005), “o crescimento do feminismo popular teve como consequência fundamental para o movimento amplo de mulheres a diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo (COSTA, 2005, p. 19). Contudo, instaura-se uma certa tensão interna no movimento diante da institucionalização na qual parte das feministas apostam em uma oportunidade efetiva de transformação social, principalmente via partidos, enquanto outras reiteram sua posição pela via exclusiva do movimento social. Entre os finais dos anos 80 e início dos 90, o movimento feminista brasileiro passa por um intenso “movimento de ONGzação”, que constituiu uma das saídas frente ao conservadorismo que se presentificava nas instâncias governamentais. As ONGs foram, em grande medida, uma resposta dos grupos feministas populares frente ao Estado, tendo a maioria surgido dos grupos autônomos locais, determinando suas práticas diferenciadas (COSTA, 2005).

Após o longo período de agitações e mudanças que transcorreram as duas últimas décadas do século XX, para Matos (2010), o movimento passa a se destacar pela presença de circuitos difusos e mais horizontalizados de atuação, sendo um destes, que é o que mais nos interessa para o debate da construção do I ENPAA, a frente de atuação feminista nas universidades. Realizar um encontro posicionado enquanto feminista na universidade foi um grande desafio, ainda que permeado de numerosas possibilidades. Isso porque, assim como assinala Ramón Grosfoguel (2016), nas universidades há a existência de uma posição de privilégio em relação à produção de conhecimento, esta que ainda é detida por homens ocidentais em detrimento de outros sujeitos e territórios. Tal privilégio resulta da inferiorização dos conhecimentos daquelas(es) que não fazem parte desse grupo e tem como efeitos injustiças intelectuais, a produção de dinâmicas e projetos de sociedade imperiais, coloniais, patriarcais e, principalmente, tem concedido aos homens brancos ocidentais o poder de “definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais” (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).



Assim, nas últimas décadas, a universidade tem se tornado um importante território de disputas de caráter antagonico, onde grandes esforços têm sido empreendidos para tensionar e até mesmo inverter a lógica hegemônica de vozes, corpos, saberes e produções nesse espaço. Somando-se às tensões relacionadas a realizar um evento pela descriminalização e legalização do aborto, não podemos deixar de aludir ao atual contexto político do Brasil e de outros países, pois compartilhando da perspectiva de Brah (2006), “os problemas que afetam as mulheres não podem ser analisados isoladamente do contexto de desigualdade nacional e internacional” (BRAH, 2006, p. 341). Nesse sentido, salientamos que o Brasil vive uma situação política de golpe, marcada por retrocessos e perdas de direitos conquistados pelas lutas históricas de diversos setores sociais. Como assinala Marielle Franco (2017):

A conjuntura brasileira, determinada pelo cenário do golpe, marca-se, para além da correlação de forças políticas, favorável às classes dominantes e seus segmentos mais conservadores. Principalmente por alterações sociais significativas na esfera do poder do Estado e no imaginário. Trata-se de um período histórico no qual se ampliam várias desigualdades, principalmente as determinadas pelas retiradas de direitos e as que são produto da ampliação da discriminação e da criminalização de jovens pobres e das mulheres, sobretudo as negras e pobres. (FRANCO, 2017, p. 89).

Esse cenário parece constituir um projeto político autoritário e fascista que tem atravessado não só a América Latina, como demais territórios do mundo, em que empreendimentos de caráter não democráticos incidem acentuados à opressão de mulheres, negros, povos de diferentes etnias e pessoas LGBT. Longe de constituir um panorama inédito, Sternbach *et al.* (1994) alegam que, em meio a crises econômicas e políticas, grupos feministas precisam se esforçar para permanecer à tona organizacionalmente. Portanto, nesse cenário de retrocessos e concomitantes precarizações, verifica-se, a nível local e internacional, hospitais que prestavam o serviço de abortamento seguro e gratuito sendo fechados, tentativas de revogação de leis sobre o aborto, ONGs sendo fechadas, financiamentos a grupos e instituições sendo cortados, entre outros cercamentos.

Para nós, o I ENPAA constituiu uma ação coletiva feminista de resistência a esse cenário, na medida em que, embora com recursos escassos e em uma conjuntura hostil, conseguiu mobilizar e articular mulheres de trajetórias distintas, de 11 estados do país. Contudo, embora a realização do Encontro tenha sido um exercício de ação política feminista de resistência a esse momento adverso, é imprescindível que este questionamento trazido por Curiel (2009) possa continuamente ser o centro de nossa reflexão: “¿Cómo actuar como feministas en los contextos latinoamericanos y caribeños atravesados por conflictos armados internos, desplazamiento forzado, pobreza extrema, racismo, violencia contra las mujeres y un “socialismo de siglo XXI” con tintes dictatoriales?” (CURIEL, 2009, p. 05).

Pela via dos encontros, o movimento feminista latino-americano, historicamente, tem promovido um espaço no qual ativistas, acadêmicas e profissionais de diferentes campos de atuação se reúnem para o compartilhamento de suas experiências, dificuldades encontradas em seus respectivos territórios, avanços alcançados e as pautas que ainda precisam ser enfrentadas. Para Sternbach *et al.* (1994, p. 257), “os *Encuentros* proporcionam às ativistas feministas fóruns periódicos em que podem adquirir intuições teóricas e estratégicas, além de apoio fraternal de feministas de outros países que lutam para superar condições organizacionais e teóricas análogas”. Ainda que se referindo ao contexto dos *Encuentros* internacionais feministas – ocorridos em diversos países latinos ao longo dos anos 80 e 90 –, os apontamentos de Sternbach *et al.* (1994) são significativos ao tomarmos o que se deu durante o I ENPAA, na medida em que foi um evento nacional a reunir mulheres de quase todo o território, a fim de discutir exclusivamente a temática do aborto, em uma perspectiva crítica e politicamente posicionada pelos direitos sexuais e reprodutivos.

Assim, ao retomar o processo da construção do evento, passando pelos dois dias de compartilhamentos e por uma avaliação posterior, concluímos que, a despeito das tensões e desafios presentes no I ENPAA, as potencialidades que se deram a partir dele – encontros entre ativistas, pesquisadoras, profissionais; produção de documentos; planejamento para mobilizações futuras – reafirmam que precisamos falar sobre o aborto, lutando com diversas vozes e não permitindo que a universidade se isente de tal debate. Foi um Encontro onde almejamos ser mais uma ação na construção de forças que é



o movimento feminista e a luta pela descriminalização do aborto, consistindo um espaço de formação onde aprendemos umas com as outras, e onde o tensionamento entre academia e militância se evidenciou e foi posto em análise – como defendemos que um Encontro acadêmico feminista deve ser.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The danger of a single story**. Palestra para o TED Talk. 2009. Disponível em: <[http://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html)>. Acesso em 28 mar. 2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu [online]**, Campinas, n. 26, p. 329-376, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em 28 mar. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS. CRP-MG. **Comissão Mulheres e a Questão do Gênero**. Folder. Copyright 2018. Disponível em: <<https://crp04.org.br/o-conselho/comissoes-e-gts/comissao-mulheres-e-questoes-de-genero>>. Acesso em 28 mar. 2018.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Labrys, Estudos Feministas/Études Féministes**, Brasília, v. 7 n 2, p. 1-20, set. 2005. Disponível em: <<http://www.revista-genero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380>>. Acesso em 28 mar. 2018.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el Feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe**. Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista, realizado en Buenos Aires, jun. 2009. Disponível em: <[http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/title/descolonizando-feminismo-perspectiva-america-latina-caribe/id/59028849.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/descolonizando-feminismo-perspectiva-america-latina-caribe/id/59028849.html)>. Acesso em 28 mar. 2018.

DENEGA, Alessa; ANDRADE, Darlene; SANTOS, Helena (Orgs). **Gênero na Psicologia: saberes e práticas**. Salvador: CRP-03, 2016.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 653-660, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

pid=S1413-81232017000200653&script=sci\_abstract&tlng=pt>. Acesso em 28 mar 2018.

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. *In*: BUENO, Winnie *et al.* (Org). **Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2017, p. 89-95.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. **Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2015.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025)>. Acesso em 28 mar. 2018.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 28 mar. 2018.

MAYORGA, Claudia; COSTA, Fabíola; CARDOSO, Tatiana. Universidade pública no Brasil: entre privilégios e direitos. *In*: MAYORGA, Claudia (Org). **Universidade cindida, universidade em conexão: Ensaio sobre democratização da universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 19-45.

RAMIREZ, Jaime. [Nota de repúdio] 18 nov. 2016, Belo Horizonte [Para] Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1f. Nota de repúdio contra atos de violência ocorridos no Campus Pampulha. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/045954.shtml>>. Acesso em 26 mar. 2018.

STERNBACH, Nancy Saporta *et al.* Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 2, p. 255-295, 2º sem, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213>>. Acesso em 28 mar. 2018.

